



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O PROCESSO DE INCLUSÃO NA UEPB: UMA ANÁLISE DO USO DE RECURSOS DE ACESSIBILIDADE PELOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Maria Noalda Ramalho

Universidade Estadual da Paraíba – noaldaramalho@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão acerca dos recursos de acessibilidade utilizados na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no processo de inclusão de seus estudantes com deficiência. Ele é fruto de parte de nossa pesquisa de doutorado acerca da avaliação do Programa de Tutoria Especial da UEPB. A investigação foi realizada em cursos de graduação da UEPB, sendo do tipo exploratória e assumindo a forma de estudo de caso. Na oportunidade, utilizamos como instrumentos de coleta de dados a análise documental, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e registros de observação das interações dos estudantes especiais, seus tutores e professores. Os dados obtidos nas observações mostraram que a estudante com deficiência visual necessita utilizar o braille e fazer um melhor uso dos recursos da tecnologia assistiva, já o estudante surdo necessita dispor na sala de aula do tradutor e intérprete de LIBRAS. O que requer da UEPB providências urgentes que colaborem para suprir tais carências dos estudantes com deficiência.

Palavras-Chave: Recursos de acessibilidade, Inclusão, Universidade, Estudantes com deficiência.

1. Introdução

O processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro vem sendo delimitado a partir da década de 1990 por meio de um amplo arsenal jurídico. Esse processo vem sendo efetivado com a colaboração de políticas educacionais de acessibilidade, as quais têm alcançado grandes avanços no Brasil.

O uso do código braille e da LIBRAS devem fazer parte do cotidiano das salas de aula das Instituições de Ensino Superior (IES), assim como os recursos que envolvem a tecnologia assistiva, que “é uma área do conhecimento e de atuação que desenvolve serviços, recursos e estratégias que auxiliam na resolução de dificuldades funcionais das pessoas com deficiência na realização de suas tarefas” (SARTORETTO, 2010, p. 8).

O presente artigo socializa resultados da nossa pesquisa de doutorado realizada, através do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de



Janeiro em torno da temática da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. A referida pesquisa colocou em estudo o caso da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), avaliando, especificamente, o seu Programa de Tutoria Especial.

Lançado oficialmente no ano de 2006, por meio da Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006, o Programa de Tutoria Especial foi criado para prestar atendimento pedagógico individualizado, por intermédio de tutores especiais, aos alunos da UEPB que apresentam deficiência física, intelectual, auditiva, visual e múltiplas.

Entre os resultados obtidos em nossa pesquisa no momento das sessões de observação destacaremos, neste artigo, os dados referentes à utilização dos recursos de acessibilidade pelos estudantes com deficiência da UEPB em seu cotidiano acadêmico.

A discussão que realizamos no presente artigo se faz importante por apresentar dados que podem contribuir tanto para a produção de conhecimento acerca da temática, como para a formulação de uma política educacional de acessibilidade na UEPB que facilite a efetivação do processo de inclusão de seus estudantes com deficiência nessa IES.

2. Metodologia

A investigação foi realizada dentro de uma abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa do tipo exploratória, assumindo a forma de estudo de caso. Os procedimentos adotados para a coleta de dados, realizada entre os meses de dezembro de 2009 a junho de 2011, foram a análise documental; a aplicação de questionários; a técnica de entrevistas com os estudantes com deficiência, seus tutores e professores e sessões de observação na sala de aula e nas sessões de atendimento do Programa de Tutoria Especial.

A pesquisa documentária fez parte da coleta de dados, como um importante instrumento para se ter acesso e realizar consultas em documentos, relatórios e registros do programa analisado. A aplicação dos questionários teve como propósito a coleta de dados sobre a identificação e a caracterização socioeconômica dos estudantes com deficiência.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Já a técnica de entrevista foi usada como facilitadora de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação. Em especial, aplicamos a entrevista semi-estruturada em um grupo de vinte e seis pessoas (sete estudantes com deficiência, nove tutores especiais, uma colega colaboradora, oito professores e uma coordenadora do Programa de Tutoria Especial), dos cursos do campus I (Campina Grande/PB): Pedagogia, História, Filosofia, Comunicação Social, Serviço Social, Direito e Física. Após a gravação das falas dos sujeitos, foi feito uso da técnica de transcrição, a qual Queiroz (1983) entende como “a reprodução, num segundo exemplar, de um documento, em plena e total conformidade com sua primeira forma, em total identidade, sem nada que o modifique” (p. 80-81).

Finalizando a coleta de dados, realizamos as sessões de observação direta (DANNA, MATOS, 2006), as quais registraram as interações de dois estudantes com deficiência em sala de aula e nas sessões do Programa de Tutoria. Dentre os estudantes entrevistados, elegemos como alvo da observação: Gabriela¹, estudante com deficiência visual do curso de serviço social e Pedro², aluno com surdez do curso de física.

No caso de Gabriela, foram realizadas oito sessões de observação em sua sala de aula em um dos componentes curriculares frequentado pela referida estudante no terceiro ano do seu curso no turno da manhã e seis sessões de observação no atendimento pedagógico individualizado do Programa de Tutoria Especial. Tais sessões ocorreram semanalmente durante os meses de novembro e dezembro de 2010

No caso de Pedro, as sessões de observação foram promovidas apenas em sua sala de aula, uma vez que este estudante com surdez não recebia atendimento pedagógico individualizado do Programa de Tutoria Especial, por residir em cidade diferente de seu tutor. As citadas observações foram no total de seis e se deram durante o mês de junho de 2011 em um dos componentes curriculares frequentado pelo estudante Pedro no turno da noite no segundo ano do seu curso.

Após a coleta dos dados, realizamos, então, a categorização e análise dos comportamentos interacionais. Os conteúdos das entrevistas e das observações foram analisados através da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009), a qual para Minayo

¹ Nome fictício

² Nome fictício



(1994), apresenta como finalidade compreender os dados coletados, responder as questões norteadoras da investigação e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado.

Vale registrar que antes da execução da presente investigação, houve a elaboração do Projeto de Pesquisa, o qual foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UEPB, sendo sua aprovação deliberada em 25 de novembro de 2009, com o protocolo 0553.0.133.000-09. Só com a aprovação do CEP da UEPB é que se deu, então, a entrada oficial no campo de pesquisa para o início da coleta de dados.

3. Resultados e discussão

Diante dos dados que coletamos nas observações no caso dos estudantes Gabriela e Pedro, traremos para a discussão os aspectos mais relevantes que dizem respeito aos recursos de acessibilidade que os estudantes com deficiência vêm utilizando no seu processo de inclusão educacional na UEPB.

Um aspecto observado no caso da estudante com deficiência visual Gabriela é que ela não utilizava o código braille, o que lhe dificultava a leitura dos materiais sugeridos pelos professores e lhe causava mais dependência em relação à assistência pedagógica recebida pela figura da tutora. Assim como o braille, outros recursos também poderiam estar sendo utilizados pela referida aluna para facilitar, ainda mais, sua inclusão educacional, a exemplo daqueles relacionados à chamada tecnologia assistiva, que para Nunes (2011), “é uma área do conhecimento que se propõe a promover e ampliar habilidades em pessoas com limitações funcionais decorrentes de deficiência ou da idade avançada” (p. 6).

Segundo Pelosi (2011) a tecnologia assistiva inclui áreas como:- Mobilidade alternativa, - Adequação postural, - Comunicação alternativa e ampliada, - Auxílio para atividades diárias, - Sistema de controle de ambientes, - Acesso ao computador, - Acessibilidade dos ambientes, - Auxílios para deficientes visuais e auditivos, - Órteses e próteses, - Adaptações das atividades escolares, - Adaptação de equipamentos de lazer e



recreação e transporte adaptado. Assim, diante da amplitude dessa área, concordamos com Galvão Filho (2011, p. 75), quando expressa que a tecnologia assistiva,

Entendida como qualquer recurso, produto ou serviço que favoreça a autonomia, a comunicação, a atividade e a participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, tem possibilitado, na atualidade, que alunos, inclusive com graves comprometimentos, comecem a poder realizar atividades ou desempenhar tarefas que, até bem recentemente, lhes eram inalcançáveis.

No estudo de caso da referida estudante Gabriela, apreendemos, ainda, que a tutora Rosa deveria auxiliar à sua tutoranda a se aperfeiçoar no uso do computador, através da utilização do Sistema *Dosvox*, que a mesma já possui, instalado em seu *notebook*.

O referido Sistema integra os programas de leitor de tela, que “captura toda e qualquer informação apresentada na forma de texto e a transforma em uma resposta falada, utilizando um sintetizador de voz” (BERCH; PELOSI, 2007, p. 44). O mesmo foi criado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1993, para auxiliar as pessoas com deficiência visual, facilitando para que estas tenham acesso ao computador de forma independente, uma vez que permite as mesmas o desempenho de diversas tarefas, como: “edição de textos com impressão comum ou em Braille, leitura/audição de textos anteriormente transcritos, utilização de ferramentas de produtividade faladas (calculadora, agenda, etc.), além de diversos jogos”. (UFRJ, 2011).

Diante do caso da estudante Gabriela, vemos que o Sistema *Dosvox* além de outros recursos dessa natureza podem ampliar suas habilidades e lhe proporcionar mais autonomia em seu processo de aprendizagem.

Concluída a discussão dos aspectos que apreendemos no estudo de caso da estudante Gabriela, passaremos, então, para a apresentação da discussão dos dados obtidos no estudo de caso do estudante surdo Pedro.

Neste caso, o que foi observado é que não havia dentro da sala de aula do estudante Pedro a figura do tradutor e intérprete de LIBRAS para facilitar, tanto a transmissão dos conteúdos dos componentes curriculares, como a comunicação de Pedro com o professor e com os demais estudantes.



Na verdade, a carência desse profissional na sala de Pedro vinha sendo suprida pelo próprio tutor Alexandre, que se comunicava com o estudante Pedro por intermédio da LIBRAS. Dessa forma, o tutor Alexandre vinha descumprindo o previsto no artigo 14 da Resolução nº 013 do CONSEPE/UEPB, que não assegura essa execução da tarefa de tradutor e intérprete de LIBRAS como atribuição do tutor.

Segundo a coordenadora do Programa de Tutoria Especial à época, a solicitação do referido profissional para o estudante Pedro não havia sido feita porque quando o mesmo ingressou na UEPB, ele não tinha qualquer conhecimento sobre a LIBRA, por não tê-la aprendido durante a sua vida escolar pregressa. Daí, segundo a citada coordenadora, a preocupação primeira do Programa foi inserir este estudante em um curso de LIBRAS, assim como na Escola de Audiocomunicação de Campina Grande/PB para que o mesmo tivesse sua primeira convivência com a comunidade surda.

No entanto, a UEPB necessita dispor desse profissional em seu quadro em caráter de urgência, em atendimento ao Decreto Nº 5.626, de 22/12/2005, o qual prevê que as IES deverão oferecer os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS em sala de aula e em outros espaços educacionais; conquista esta ainda merecedora de muito esforço para a sua concretização no cotidiano das universidades.

4. Conclusões

Diante do que foi revelado na pesquisa vemos que, mesmo não estando prevista na Resolução nº 013 do CONSEPE/UEPB, existe a necessidade que o Programa de Tutoria Especial realize, através dos tutores especiais, a orientação para que os estudantes com deficiência utilizem os recursos da tecnologia assistiva, para que se tornem mais autônomos no seu processo educacional e menos dependentes de seus tutores.

Para isso, recursos, como o Sistema *Dosvox* e materiais e equipamentos em braille, devem ser adquiridos com brevidade pela UEPB dada a demanda de alunos com deficiência



visual já existente na instituição. Assim, também, como deve realizar a contratação de tradutor e intérprete de LIBRAS para que fiquem à disposição dos estudantes surdos em suas salas de aula. Na concepção de Falcão et al (2008, p. 212):

O conceito de uma universidade inclusiva não consiste apenas no ingresso de alunos com deficiência, mas, sim, implica em uma nova visão da mesma, prevendo em seu projeto pedagógico – currículo, metodologia, avaliação, atendimento educacional especializado, etc. -, ações que favoreçam, em sua plenitude, a inclusão, através de práticas heterogêneas adequadas à diversidade de seu aluno.

Nessa perspectiva, de acordo com Ferreira (2007), para se efetivar a inclusão, as necessidades educacionais especiais do estudante devem ser atendidas em todo o conjunto da sua trajetória escolar, que envolve o acesso, ingresso, permanência e saída. Carvalho (1999 apud FERREIRA, 2007, p. 3) diz que o “[...] acesso refere-se à trajetória acadêmica que antecede o terceiro grau; ingresso refere-se ao ‘rito de passagem’ pelos exames de vestibular e permanência refere-se à continuidade dos estudos”.

Dessa forma, diante das contradições entre o discurso oficial governamental e a realidade atual do sistema educacional brasileiro, ainda calcado na perspectiva assistencial tradicionalista, os aparatos legais em vigor deverão iluminar a formulação e execução de políticas públicas inclusivas que, de fato, assegurem as condições adequadas das IES para o ingresso e o êxito acadêmico desses alunos no ensino superior, sendo uma dessas condições a aquisição e o uso de recursos de acessibilidade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70/LDA, 2009.

BERCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação de pessoas com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador**. Brasília: SEESP, 2007.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 dez. 2005.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. São Paulo: EDICON, 2006.

FALCÃO, Felipe Dulcos Carisio et al. Educação inclusiva na UERJ: o ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior: uma prática em construção. In: ALMEIDA, Maria Amélia; MENDES, Enicéia Gonçalves; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini (Orgs). **Temas em educação especial: múltiplos olhares**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin Editores; Brasília, DF: CAPES/PROESP, 2008. p. 212-219.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 13, n 1, jan/abr 2007.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Favorecendo práticas pedagógicas inclusivas por meio da Tecnologia Assistiva. In: NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula et. al. (Org.). **Compartilhando experiências: Ampliando a comunicação alternativa**. Marília: ABPEE, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência: uma introdução. In: NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula et al (Org.). **Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência**. Marília: ABPEE, 2011.

PELOSI, Miryam Bonadiu. Tecnologia Assistiva. In: NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula et al (Org.). **Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência**. Marília: ABPEE, 2011.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a teoria do gravador no registro da informação viva**. 2ª ed. São Paulo: CEVE/FFLCH/USP, 1983.

SARTORETTO, Mara Lúcia et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010 (A educação especial na perspectiva da inclusão escolar; 6).

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. **Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006**. Cria o Programa de Tutoria Especial no Âmbito da UEPB. Campina Grande, 2006.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Sistema DOSVOX**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/Dosvox/sistdvox.html>>. Acesso em: 24 out. 2011.